

BIRD pode injetar até fim de 84 mais de US\$ 2,5 bilhões

por Johnson Santos
do Rio

O Banco Mundial vai ampliar o volume de financiamentos ao Brasil, permitindo que os recursos sejam utilizados com maior liberdade na cobertura de suas necessidades cambiais mais prementes. Usualmente, o banco vincula os empréstimos a projetos específicos, ainda que de grande porte, mas o banco abriu mão dessa exigência, permanecendo, apenas, uma setorização muito mais flexível. Destinam-se à indústria e à agricultura, genericamente, sem especificação de projetos. Até o final de 1984, a expectativa é de que entrem pelo menos US\$ 2,5 bilhões.

A ampliação dos recursos e, de certa forma, uma antecipação das negociações, a fim de garantir um horizonte mais largo para as autoridades brasileiras, contribuem para que o Brasil possa acumular um volume mínimo de reservas em moeda forte, indispensável a um desafogo da crise cambial. Economistas que trabalham na preparação dos novos contratos disseram a este jornal que a antecipação de fundos do Banco Mundial confere

com o raciocínio de que as autoridades se preparam para propor ao sistema financeiro internacional um novo esquema de pagamento da dívida externa.

Esse novo esquema só estaria esperando a complementação das discussões com o Fundo Monetário Internacional, a liberação das cotas em atraso do empréstimo-jumbo e do próprio FMI, além de um novo jumbo para fechar as contas deste ano.

LINHAS

As negociações para o setor rural estão praticamente concluídas e, segundo uma fonte ligada ao governo, provavelmente ainda neste mês serão assinados os contratos para a liberação de cerca de US\$ 350 milhões. Para o setor industrial, os estudos ainda dependem de um tempo maior, mas espera-se que por volta de outubro também estejam assinados os acordos para a liberação de mais US\$ 400 milhões.

Com US\$ 250 milhões que o Banco Mundial já forneceu ao País desde janeiro, isso significa que os desembolsos neste ano subirão para algo em torno de US\$ 1 bilhão, comparados com os US\$ 623 milhões desem-

bolsados no ano passado. Mas, segundo o que já foi acertado, o apoio do BIRD continuará acelerado em 1984, para permitir que os aportes sejam maiores do que em 1983, de tal modo que nos dois exercícios gregorianos o volume de recursos se aproxime pelo menos dos US\$ 2,5 bilhões.

Esse dinheiro entrará na caixa do Banco Central e poderá ser utilizado, por exemplo, para financiar exportações ou importações essenciais. Os estudos de aplicação dos recursos na agricultura estão sendo coordenados pelo economista Afonso Celso Pastore, sob a supervisão do Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais (Inpes) e a Comissão de Financiamento da Produção (CFP). Algumas instituições de pesquisa estão sendo contratadas para realizar estudos em diferentes campos em que os recursos possam ser aplicados, entre os quais o Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmerc) e a Fundação Centro de Comércio Exterior (Funcex). Os estudos do setor industrial estão sendo coordenados por um economista do Inpes, e do grupo, ainda a ser formado, participarão representantes da Cacex e

do Ministério da Indústria e do Comércio.

A idéia de que o governo reúne esforços para criar condições de propor um novo esquema de reescalonamento da dívida externa é uma convicção de economistas com livre trânsito em áreas oficiais.

Ouvindo por este jornal, o economista Roberto Castello Branco, diretor executivo do Ibmerc, confirmou esta tendência e disse que ela é inevitável diante da comprovação de que não é possível continuar negociando a cada ano o fechamento do balanço de pagamentos. Com o País absolutamente sem reservas, "os banqueiros internacionais não só veriam com bons olhos um novo esquema de pagamento da dívida, menos atropelado, como também concordam em que para eles não é vantajoso operar com um horizonte tão estreito". Provavelmente, o novo arranjo da dívida brasileira não será igual ao do México, mas comporta, sem dívida, uma transformação da dívida de curto prazo em dívida de longo prazo e um período de carência de, no mínimo, dois anos, para se voltar a pagar o principal — disse o economista.